

UM DIPLOMATA SUÍÇO NO RIO EM 1930: CHARLES REDARD E A QUEDA DA REPÚBLICA VELHA

RETO MONICO*

RESUMO

Encarregado de negócios no Rio de Janeiro no segundo semestre de 1930, Charles Redard (1884-1954) descreve, em cerca de 15 ofícios, o fim e a queda da República Velha (1889-1930). Tenta relatar escrupulosamente os fatos e muitas vezes dá a sua opinião sobre os homens e o sistema político brasileiros. Entusiasta de Vargas logo que este chega ao poder, o diplomata helvético dá novamente mostras do seu espírito crítico a partir de finais de novembro.

PALAVRAS-CHAVE: Charles Redard. Getúlio Vargas. República Velha. «Revolução» de 1930. Washington Luís.

RESUME

Chargé d'affaires à Rio au cours du deuxième semestre de 1930, Charles Redard (1884-1954) décrit, en une quinzaine de rapports politiques, la fin et la chute de la *República Velha* – la Première République Brésilienne (1889-1930). Il essaie de relater scrupuleusement les faits et, très souvent, il donne son avis sur les hommes et sur les mœurs politiques du pays. Enthousiaste au moment de l'arrivée au pouvoir de Vargas, le diplomate helvétique retrouve son esprit critique à partir de la fin du mois de novembre.

MOTS CLE: Charles Redard. Getúlio Vargas. Première République Brésilienne. «Révolution» de 1930. Washington Luís.

Charles Redard nasceu em 1884, no cantão de Neuchâtel, onde frequentou as escolas até o final do ensino secundário. Em 1900, ingressou na administração dos correios suíços, antes de passar, em 1911, ao departamento político federal: o Ministério dos Negócios Estrangeiros. No mesmo ano, foi enviado ao Rio de Janeiro como secretário de chancelaria. Geriu o consulado de 1912 a 1915 e foi encarregado de negócios da Legação suíça no Rio entre 1916 e 1918. Nomeado em 1920 secretário de 2.^a classe da

*Doutor em História – Universidade de Genebra. E-mail: retomonico@retomonico.com

Legação, dez anos mais tarde tornou-se conselheiro nesse mesmo departamento.



FIGURA1 – Charles Redard (1884-1954) no início da sua carreira diplomática, provavelmente em 1911. (FONTE: CH-BAR, Arquivo Federal em Berna).

Depois de 26 anos na capital carioca, Redard foi transferido para Lisboa para chefiar a Legação nesta cidade, onde ficou até 1941, antes de exercer as mesmas funções em Sófia. No fim da guerra, foi nomeado ministro plenipotenciário na capital búlgara.

Terminou a sua carreira diplomática onde a começou, no Brasil, igualmente como ministro plenipotenciário, no Rio de Janeiro, de 1946 a 1949.



FIGURA 2 – Lisboa, 1941 (provavelmente em fevereiro): Charles Redard recebe Henri Martin, o seu sucessor no posto de chefe da legação suíça na capital portuguesa. (FONTE: Actualis, 15/16 de novembro de 1941).

Neste artigo, pretende-se analisar principalmente a quase dezena e meia de ofícios enviados entre agosto e dezembro de 1930, na ausência do chefe da Legação, Albert Gersch¹, pelo então encarregado de negócios helvéticos na capital do Brasil. O diplomata, que na altura já tinha quase duas décadas de experiência em terras brasileiras, descreve a queda da I República (1889-1930).

A República Velha, como é também chamado esse período da história do Brasil, é um regime oligárquico, dominado, sobretudo, pelos estados de São Paulo, produtor de café, e de Minas Gerais,

¹ Albert Gertsch (1867-1944) chega ao Brasil em 1891. No Consulado-Geral suíço no Rio foi chanceler (1891-1898) e secretário entre 1902 e 1907, ano da criação da Legação. Gertsch torna-se então encarregado de negócios e, em 1920, é nomeado ministro plenipotenciário, função que exerceu até 1937. Fez toda a carreira no Brasil, sendo um caso atípico na diplomacia suíça da altura: não era universitário, não pertencia a uma família influente, não era da suíça francesa. Cf RIAL, Jacques. *La bicornie et la plume. Textes écrits par des diplomates suisses de 1948 à nos jours*. Genebra: Diplo Foundation & Graduate Institute of International and Development, Studies, 2007, pp. 43-44.

produtor de leite. Depois da Grande Guerra, o país começou a mudar com o desenvolvimento das cidades e o velho sistema a ser contestado, nomeadamente, pela classe militar e nas zonas urbanas. O movimento tenentista, assim chamado porque as suas principais figuras são tenentes e capitães, queria um poder central forte para quebrar as oligarquias. Embora completamente sozinho na luta contra o governo, e derrotado, quer na revolta de Copacabana, em 1922, quer em São Paulo, dois anos mais tarde, a luta do tenentismo teria uma importância simbólica, nomeadamente para as massas urbanas.

Em plena depressão económica, a crise final teve lugar em 1930, entre o presidente, o paulista Washington Luís, que impôs outro candidato de São Paulo, Júlio Prestes, para lhe suceder na presidência, e a Aliança Liberal, movimento heterogéneo que apoiava Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul. O candidato do governo ganhou a eleição, segundo os dados oficiais, mas, naquela vez, «certas forças políticas» recusam-se a «entregar o poder»² a Júlio Prestes. O assassinio, em finais de julho, de João Pessoa, candidato à vice-presidência de Vargas, conseguiu convencer os últimos hesitantes e deu nova força à conspiração que ganhou partidários, mesmo no seio do Exército.

A «revolução», que começou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul a 3 de outubro, ganhou vários estados. Washington Luís tentou resistir, mas foi deposto no dia 24 de outubro por uma junta militar. A guerra civil não teve lugar. No início de novembro, Getúlio Vargas chegou de trem ao Rio e tomou o poder, mantendo-se nele ininterruptamente até 1945.

a) ANTES DA REVOLTA

Redard enviou três ofícios antes do início da revolta que levou à queda do governo de Washington Luís, o presidente eleito em 1926. A 21 de julho, o diplomata resumiu o conflito no estado de Paraíba do Norte entre João Pessoa e um grupo de apoiantes do seu adversário Júlio Prestes, que «estão em luta aberta contra as autoridades constituídas». O diplomata helvético disse, claramente, que o governo central impediu o contrabando de armas em favor da polícia do estado, enquanto os rebeldes — que começaram «uma guerrilha em várias localidades no interior do estado e que

² PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 148.

ameaçavam os vizinhos» — receberam «munições com uma certa facilidade». João Pessoa, com o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, recusou a intervenção do governo de Washington Luís. Só precisava das «munições necessárias» para que a sua polícia pudesse esmagar a revolta. Mas as consequências dessas lutas foram muito negativas para todo o Brasil, disse o encarregado de negócios:

Será desejável um acordo que ponha fim a esta luta antes que os rebeldes venham a aumentar o número demasiado grande de bandidos que pilham e roubam nas zonas entre os estados do Ceará e da Baía.

Luís Carlos Prestes — o chefe da coluna de algumas centenas de homens que percorreu quase 24 mil quilómetros no interior do país, entre finais de 1924 e o início de 1927, esperando com isso sublevar o povo, o que não conseguiu, tendo por isso que se refugiar no Paraguai e na Bolívia — lançou um manifesto em Buenos Aires a favor do comunismo. O resultado, segundo Redard, foi tornar ainda mais severas as medidas policiais contra «os agitadores e os atos subversivos». Redard assinalou várias detenções, nomeadamente em S. Paulo, mas achou que «seria exagerado dizer-se que o comunismo faz progressos no Brasil». A polícia, escreve, está mais interessada em «tornar inúteis os esforços dos que querem mudar de governo e não a forma do governo»³.

Muito mais grave foi a crise económica do café e do ouro com a perda de confiança, por outras palavras, a depressão, com as receitas, as exportações e o comércio de importação a baixarem. Apesar disso, o presidente Washington Luís continuou a afirmar que a guerra, os bancos de emissão e, naturalmente, a crise mundial, eram os culpados de tudo aquilo, concluiu Redard.

A 11 de agosto, o diplomata relatou o assassinato e o funeral, sob alta vigilância, de João Pessoa. Falou dos incidentes em Pernambuco e São Paulo, assim como das fortes reações, apenas verbais, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Câmara dos Deputados: «A violência continuará a ser unicamente verbal? Esperemos que sim. No Estado do Rio Grande do Sul a indignação estava no auge, mas parecia pouco provável que se passe à ação». Na altura não se podia ainda prever que este acontecimento, a morte

³ REDARD, Charles, Ofício n.º 8, de 21 de julho de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, Az. 146, Rio de Janeiro, Politische Berichte und Briefe, Militärberichte, Band 4, 1927-1931.

de Pessoa, representasse uma viragem e que acelerasse a organização da revolta. O que o diplomata helvético lamentava eram as consequências daquele período de atentados e de violentos conflitos políticos: a falta de estabilidade, que o Brasil bem precisava para tentar resolver os graves problemas económicos e, nomeadamente, o do café.

Era, também, e sobretudo, a situação económica que ocupava (e preocupava) Redard no ofício enviado a 22 do mesmo mês, como a baixa das receitas fiscais e aduaneiras, a perda de valor da moeda, os funcionários do Rio sem vencimentos desde há quatro meses:

Há desordem administrativa, comercial e industrial. As notícias vindas do interior do país são deploráveis, a falta de dinheiro sente-se em todo o lado. Nas grandes cidades as empresas mais importantes tentam diminuir os encargos gerais para reduzir as despesas. Porém, às vezes é muito difícil simplificar uma organização comercial, renunciar a ocupar os locais, licenciar os empregados competentes, e, ao mesmo tempo, manter a esperança de desenvolver de novo os negócios quando as circunstâncias o permitirem.

De momento, os comerciantes e os industriais procuram unicamente aguentar. Nem todos conseguem e vêm-se antigas e boas casas sofrerem uma das mais terríveis crises que o Brasil jamais conheceu.

O diplomata não acreditava que a situação pudesse melhorar a curto prazo, tendo em conta também o ambiente de «lutas políticas, estéreis e nefastas» cujo fim «contribuiria também a fazer renascer a confiança» no país.

A esse propósito, Redard pensou, por um lado, que se os ataques não ultrapassassem este limite de violência, não ameaçariam a ordem pública. E citou o discurso do deputado Lindolfo Collor, que acusou Washington Luís de não ter respeitado a Constituição enviando as tropas federais à Princesa, no estado de Paraíba, para reprimir a revolta. No entanto, por outro lado, quando fala da alusão que o mesmo deputado fez sobre uma possível aliança entre o Rio Grande do Sul e o estado de Paraíba, interrogava-se: «Esta declaração contém uma ameaça velada ou trata-se de retórica? Teremos que esperar para ver».

b) A REVOLTA

«O fogo não deixava de arder debaixo das cinzas, e, aos violentos discursos na Câmara dos Deputados, [...] acaba de suceder um movimento revolucionário». É assim que Redard começou a explicar os acontecimentos das últimas 24 horas no seu ofício do dia

4 de outubro. Lamentou a falta de informações averiguáveis, mas tomou logo conta de que a situação era grave, sobretudo se as tropas federais, que estavam no Rio Grande do Sul, «numerosas e aguerridas», confraternizaram com os revoltosos. «Poderiam, passando por Santa Catarina e o Paraná, atacar São Paulo». Minimiza, entretanto, o caso dos estados rebeldes de Minas Gerais e de Paraíba, porque, segundo ele, estão isolados. Os outros estados parecem ter ficado fiéis e no Rio, sem os jornais da oposição, que não saíram, «nota-se uma grande tranquilidade». O motivo inicial da revolta parece já evidente: impedir a posse de Júlio Prestes.

A 11 de outubro, Redard critica as medidas tomadas pelo governo no campo económico-financeiro, que lhe parecem pouco claras. Além disso, os bancos fechados criavam problemas ao comércio, às empresas e aos que não tinham liquidez em casa. Constatou uma forte especulação nos bens de primeira necessidade e esperava que o decreto para fixar os preços entrasse rapidamente em vigor.

Quanto à revolta, não tinha todas as informações que desejaria devido ao fato de as comunicações estarem interrompidas e de o país ser tão vasto. Em contato com outros diplomatas, soube do ministro húngaro que a população de São Paulo estava toda do lado da rebelião; e da parte do encarregado de negócios do Japão soube que houve distúrbios no porto da Bahia. Verbruggen, o encarregado de negócios belga, ouviu dizer que onze estados já estavam «nas mãos dos adversários do governo», que «quatro aviões do exército federal tinham passado para os revolucionários» e que três generais tinham comunicado ao presidente que «uma grande parte das tropas estava pronta a revoltar-se».

Redard não parecia acreditar nestas últimas informações tão pessimistas. No entanto, descreveu a situação como «grave, mesmo muito grave». Encontrou Octávio Mangabeira, o ministro dos negócios estrangeiros, que «não esconde a sua apreensão»:

Disse-me que era absolutamente contra a violência. Cada dia procura encontrar uma solução para tentar evitar a guerra civil, que irá provocar ressentimentos e impedir durante muito tempo que os adversários de hoje trabalhem para o bem comum. Tive a clara impressão de que aconselha o presidente Washington Luís a recuar, a abandonar o poder se for necessário, a sacrificar-se para que os seus adversários também recuem e permitam a personalidades imparciais trazer a paz ao seio da família brasileira.

Mas o Presidente «não aceita nenhum conselho, quer vencer a todo custo», lamentava-se o ministro brasileiro, não quer abandonar o poder. O ministro polaco referiu a Charles Redard as seguintes palavras de Mangabeira: «O presidente não teve muito tato psicológico porque esteve muito pouco tempo no parlamento, tendo feito a carreira em São Paulo».

O diplomata suíço partilha a grande preocupação do ministro dos negócios estrangeiros:

[...] se um compromisso não puser um ponto final às hostilidades antes que os confrontos comecem em todo o país, a luta poderá durar muito tempo. Os gaúchos do sul são valorosos, os caboclos do norte são corajosos. Todos menosprezam totalmente a morte. Muito sangue poderá ser derramado. Economicamente, o Brasil, que está a atravessar uma grave crise que as declarações oficiais não fazem diminuir, ficaria arruinado e politicamente podia assistir-se a uma tentativa de desmembramento.

Uma semana mais tarde, Redard enviou outro ofício a Berna⁴. Depois de ter explicado as medidas tomadas para controlar os preços, emitir 300 mil contos, evitar o pânico financeiro, limitar o acesso de navios estrangeiros a certos portos brasileiros, comentou sarcasticamente o prolongamento do prazo para os reservistas, até dia 22: «[...] parece provar, ou que a organização é deficiente, ou que o entusiasmo dos jovens é menor do que se podia supor lendo os comunicados oficiais».

O diplomata, que se recusa a mencionar «os ruídos contraditórios», não concorda com o otimismo oficial que ouviu na véspera no ministério dos negócios estrangeiros. Esperava que o Cardeal Leme, de regresso ao Brasil no dia seguinte, «possa trazer a paz entre os irmãos inimigos»:

A grande maioria do povo brasileiro é profundamente católica e a voz do Vaticano pode ter uma grande influência. Infelizmente, o povo não tem praticamente nada a dizer nesta questão, que divide os políticos, apoiados, quer pelas forças armadas federais, quer pelas dos estados.

Charles Redard afirmou — e com razão — que o comunismo não tem nada a ver com os acontecimentos. Talvez houvesse alguns «membros dos soviets» que estivessem a tirar alguma vantagem da situação:

⁴ REDARD, Charles, Ofício n.º 13 de 18 de outubro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

mas a revolta de vários Estados contra o poder central deve-se, exclusivamente, à eleição do senhor Júlio Prestes para a Presidência da República, eleição contestada pelos Estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Paraíba, e [também] às perseguições, das quais o primeiro e o último destes Estados são as vítimas.

Eram as consequências «desastrosas» do conflito que preocupavam o encarregado de negócios, que previa «um período de perturbações que ameaçava prolongar-se ainda durante muito tempo», quaisquer que fossem os vencedores. O Brasil apenas poderia sair desse círculo negativo

quando as fações em luta forem substituídas por verdadeiros políticos e, sobretudo, quando a instrução cívica do povo brasileiro tiver feito progressos, quando a minoria aceite o resultado dos votos e, por outro lado, a maioria não exerça atos de vingança contra os seus adversários.⁵

c) A QUEDA DE UM REGIME FALIDO

No seu ofício de dia 26 de outubro, Redard enviou um relato pormenorizado dos acontecimentos dos dois dias anteriores, 24 e 25, durante os quais «a revolução triunfou em todos os aspetos». Explicou, por um lado, como foi difícil convencer o presidente Washington Luís a abandonar o palco político e evitar assim um confronto militar de grandes dimensões, e, por outro lado, como «os soldados e a grande maioria dos oficiais inferiores esperavam com impaciência o momento de marchar contra o governo». «Os revolucionários ganhavam terreno. A mobilização não dava os resultados esperados». Só 10% se tinham apresentado, prova de que os jovens, em particular, não tinham «pressa nenhuma» de combater.

Relatou também os desactos da multidão contra a redação de vários jornais. A sede de *O País* foi completamente incendiada. Desde a chancelaria da Legação, Redard conseguiu ver a pilhagem de outro quotidiano, *A Noite*, situado quase em frente:

Foi um belo espetáculo. Nunca tínhamos visto um trabalho feito tão depressa. Apesar de os redatores terem agitado imediatamente a bandeira branca, tiveram de fugir e em menos de nada todo o mobiliário foi deitado pelas janelas, tendo-se esmagado no chão. A seguir vários escritórios do mesmo edifício, alugado a comerciantes

⁵ Ibidem.

completamente estranhos à campanha de imprensa, sofreram os mesmos prejuízos.

Depois dessas destruições, «apoderou-se da cidade um clima de festa», cada pessoa «estava ou parecia estar contente». «A partir das três da tarde a avenida Rio-Branco estava cheia de gente» com flores e fitas vermelhas. As mulheres e as meninas pareciam particularmente «exaltadas». O diplomata apreciava, particularmente, a interdição decretada pelo novo chefe da polícia da venda de bebidas alcoólicas que, provavelmente, tivera limitado os excessos⁶. Houve, no entanto, operações de caça ao homem «em algumas ruelas desertas»:

As pessoas que apoiaram o antigo regime, especialmente os agentes da polícia secreta, que tinham crimes na consciência, foram sacrificadas. Tiveram melhor sorte os que foram presos. Não foi possível evitar estes atos inconvenientes. Porém, as vítimas foram pouquíssimas. [...]

Afinal, houve poucos excessos, os que acabo de relatar foram inevitáveis e, certamente, não surpreenderam as próprias vítimas. Tinha-se a impressão de que o povo, como alguém que acorda depois de um pesadelo, acabava de sentir um alívio.

Medeiros e Albuquerque, jornalista filogovernativo, refugiou-se, durante algumas horas na Legação suíça, acabando por ir para a do Peru. As embaixadas da Argentina e do México, tal como as legações do Uruguai e da Áustria, acolhiam também pessoas que

⁶ Toda esta alegria popular foi manchada pelo incidente do navio Baden, que partiu do porto de Rio de Janeiro, mas, segundo Redard, não obedeceu aos sinais do Forte de Santa Cruz. Foi atingido por uma granada de obus que provocou algumas dezenas de mortos e feridos. Redard precisa que não houvesse suíços entre as vítimas. REDARD, Charles, Ofício n.º 14, de 26 de outubro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado. A propósito de suíços, naquela altura estava no Brasil o psicólogo Édouard Claparède, do qual, durante alguns dias se ignorava o paradeiro, essencialmente porque as comunicações estavam interrompidas com Belo Horizonte onde deu algumas conferências. O início da revolta impede-o de regressar ao Rio no dia 6, como previsto. Redard, solicitado por Berna, faz várias diligências para resolver o assunto. O psicólogo genebrino conseguiu enviar um telegrama que a Legação suíça recebeu só no dia 25. As ligações ferroviárias tinham sido restabelecidas, pelo que chegou ao Rio dia 31 e embarcou a bordo do Conte Rossodois dias depois. Charles Redard, numa carta enviada a Berna no dia 31, escreveu que durante a estada forçada Claparède foi muito bem tratado pelo governo de Minas Gerais. Sabia que o diplomata suíço o procurava, mas se este não recebeu nenhuma resposta, a «culpa foi do governo federal [...] e especialmente do ministro da Justiça, hoje na prisão». REDARD, Charles, carta enviada no dia 31 de outubro ao Conselho Federal, CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

receivavam a vingança popular⁷. Na Embaixada de Portugal encontravam-se 36 refugiados⁸.

A 26 de outubro, o diplomata helvético analisou também a nova situação. Mencionava que «o povo não parece maduro para a democracia» e não acreditava que se pudesse mudar tão rapidamente os costumes políticos e administrativos brasileiros: abolir as fraudes; o nepotismo e o poder das oligarquias «de um dia para o outro».

Um dos problemas políticos da República Velha, sublinhou Redard, foi nunca ter tido um verdadeiro presidente:

A República desiludiu, os pessimistas dizem que foi à falência. O facto é que os seus maiores presidentes, como Rodrigues Alves, para citar só um, foram educados durante o Império. Mas depois da presidência militar do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), bom homem mas pouco inteligente, o Brasil, para dizer a verdade, nunca teve um Chefe de Estado.

E o encarregado de negócios deu a seguir a sua opinião sobre os presidentes que se sucederam desde 1914 e que ele conheceu⁹: Venceslau Brás (1914-1918) foi «desinteressante»; Delfim Moreira (1918-1919) «era um doente»; Epitácio Pessoa (1920-1922), muito inteligente, mas «amigo da pompa e megalómano, foi um desastre financeiro»; Artur Bernardes (1922-1926), «um tirano que governava com o estado de sítio e que deixou cometer os piores abusos de poder»; Washington Luís (1926-1930) tentou, de fato, enfrentar os problemas das finanças, do orçamento e da administração, mas cometeu erros graves.

Por falta de psicologia, como diz o Senhor Octávio Mangabeira, cometeu graves erros políticos, querendo impor à nação o Senhor Júlio Prestes e perseguindo os seus adversários como se tivessem sido os piores inimigos do Brasil.

Washington Luís é o principal responsável deste «terrível abalo». Porém, conclui Redard, o povo brasileiro — que até agora só «tinha o direito de ficar calado» — poderá talvez agradecer ao seu «último ditador legal» por ter provocado, com «a sua

⁷ REDARD, Charles, Ofício n.º 14, de 26 de outubro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

⁸ REDARD, Charles, Ofício n.º 16, de 8 de novembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

⁹ Recordemos que o diplomata suíço chegou ao Rio em 1911.

intransigência», esta revolta, permitindo que o país pudesse encontrar a paz, a unidade e uma melhor organização política e econômica.

Mas o diplomata suíço reservou a última seta envenenada para os membros do Parlamento, ainda mais «nefastos para o país» do que o poder executivo:

Não somente porque se fazem pagar pelo seu servilismo, mas ainda porque votam leis cujo objetivo parece ser de complicar a vida e impedir o comércio e a indústria de trabalharem.

* * *

Nos documentos consultados, encontram-se também informações enviadas pelos seis consulados suíços no Brasil¹⁰. Em São Paulo, o consulado geral, numa carta enviada a 9¹¹ e noutra a 17 de outubro, falava de calma absoluta na cidade¹². O representante suíço na Bahia, Emil Wildberger, escreveu dia 15 que houve distúrbios que começaram às sete da tarde do dia 4 em vários pontos da cidade, os quais provocaram alguns mortos e muitos estragos, nomeadamente à Companhia Linha Circular (com vários vagões incendiados) e à Companhia Brasileira de Energia Elétrica. O seu colega no Pará, Albert Suter, a 9, tratou da revolta de cerca de 400 homens entre soldados e civis, que fugiram da cidade. Durou dois dias (5 e 6 de outubro) e fez cinco mortos.

O cônsul suíço em Porto Alegre, Hugo Alexander Luchsinger, enviou um telegrama no dia 6 de outubro onde abordava do regresso à normalidade na cidade depois da vitória dos «revolucionários»¹³. Num

¹⁰ No Brasil, em 1930, há 4250 suíços inscritos nos seis consulados e na Legação. SIEGENTHALER, Hansjörg [dir], *Statistique historique de la Suisse*. Zurique: Chronos Verlag, 1996, p. 378.

¹¹ «Em São Paulo, mesmo na cidade, a vida decorre como de costume. Segundo as informações que temos, o interior do Estado está calmo». Carta do Consulado-Geral de São Paulo à Legação suíça no Rio, de 9 de outubro de 1930. Esta carta foi enviada pelo substituto do cônsul geral, Achille Isella. CH-BAR#E2200.67-01#1000/671#90, Az. 4.2-17, *Revolution in Brasilien*, 1930.

¹² Ofício de 26 de outubro, citado. A 30 do mesmo mês, o substituto do cônsul escreveu uma carta na qual falava de dois suíços presentes no batalhão alemão que prestaram serviço alguns dias na fronteira do Estado de Minas Gerais antes de serem licenciados. Segundo o funcionário, tratava-se, todavia, de «elementos de baixo valor moral». Carta do Consulado suíço de Porto Alegre ao chefe do serviço consular de Berna, de 30 de outubro de 1930. CH-BAR# E2001C#1000/1532#1435*, réf. B.73.1, *Revolution in Brasilien*, 1930-1931.

¹³ No dia 14, este cônsul comunica a mesma informação num telegrama enviado à Legação suíça em Buenos Aires. EGGER, Karl, Carta à Legação suíça no Rio de Janeiro de 16 de outubro de 1930, CH-BAR#E2200.67-01#1000/671#90, citado.

relatório de dia 4 de novembro, manifestou enorme simpatia pelos novos dirigentes, que conhecera pessoalmente, e pensava que o Brasil tinha «todas as condições» para entrar numa «época de prosperidade»¹⁴. René Louis Hausheer, cônsul em Pernambuco, redigiu um longo relatório, juntamente com o chanceler, a 20 de novembro, no qual resumiu os acontecimentos das semanas anteriores. Na cidade, os confrontos fizeram cerca de 50 mortos e duraram de sábado às 4 da madrugada até o dia 6 outubro. Segundo o relatório, enviado a 3 de novembro por Jakob Thommen, cônsul honorário em Curitiba, no dia 5 de outubro, os habitantes acordaram com o troar dos canhões, mas a mudança de autoridade foi rápida e não houve mais distúrbios. Notar-se-á que a 20 de outubro Vargas passou por Curitiba, onde houve um encontro com os representantes consulares¹⁵.

Nesses documentos, podemos encontrar, às vezes, uma certa simpatia pelas novas autoridades. Neles se informa também à Legação no Rio e às autoridades em Berna que não houve mortos, feridos, nem prejuízos materiais para os seus compatriotas residentes no Brasil¹⁶.

• Os novos dirigentes

Vargas é, logicamente, o político de quem mais falam os documentos consultados. No ofício de 1º de novembro — no qual mais uma vez Redard insiste em afirmar que «os comunistas são pouco numerosos no Brasil» e que «não têm nenhuma hipótese de aumentar o número de aderentes»¹⁷ —, o diplomata helvético parece tão entusiasta como a multidão que ovacionava «o libertador», o «chefe civil da revolta», na sua viagem de trem para a capital:

¹⁴ HÄBERLIN, Johann, Relatório 4 de novembro de 1930 ao Departamento político federal, *Ibidem*.

¹⁵ As cartas dos consulados de São Paulo, de dia 17, da Bahia, de dia 15 e do Pará, de dia 9, foram reproduzidas por Redard no longo ofício de 26 de outubro, já citado. Salvo indicações contrárias, as outras encontram-se em CH-BAR# E2001C#1000/1532#1435*, réf. B.73.1, *Revolution in Brasilien, 1930-1931*.

¹⁶ No dia 29 de outubro, alguns quotidianos, entre os quais os três principais jornais da Confederação — *Gazette de Lausanne*, *Neue Zürcher Zeitung* e *Journal de Genève* — publicaram um telegrama enviado na véspera pela Legação suíça no Brasil e no qual se afirmava que «a colónia suíça no Brasil não sofreu com a Revolução»: O *Journal de Genève* destacou essa informação através do título: «Os nossos compatriotas estão sãos e salvos».

¹⁷ Referiu-se em particular à pequena revolta de um batalhão da polícia militar. Dava um conselho às novas autoridades: procurem «trabalho para os desempregados, para silenciar qualquer tentativa de subversão».

Com a farda de simples soldado, seguido por uma escolta de alguns oficiais, Getúlio Vargas, muito simpático, merece ser o ídolo do povo que personifica a supressão do regime tirânico dos oligarcas e que é o símbolo do estabelecimento de uma era de liberdade e de justiça.

O encarregado de negócios foi visivelmente influenciado pela atmosfera de festa que se vivia naqueles dias no Rio de Janeiro e esqueceu, momentaneamente, a sua habitual prudência diplomática e também o seu agudo espírito crítico:

Não posso afirmar que o entusiasmo é geral porque o Sr. Getúlio Vargas vai substituir na Presidência da República o Senhor Júlio Prestes de Albuquerque, que o Senhor Washington Luís e os seus políticos fiéis queriam impor. Penso, pelo contrário, que o povo tem a esperança, se não a certeza, que o seu tempo chegou, que já não será a «vaca leiteira» de um grupo de debochados. A fibra patriótica vibra: organizam-se espontaneamente subscrições populares para ajudar o governo a reembolsar a dívida externa do Brasil. O povo tem confiança nos seus dirigentes apoiados pelas forças armadas.

Essa opinião positiva sobre Vargas — «que não tem nada de revolucionário»¹⁸ — é uma constante nos últimos ofícios enviados em 1930. A 21 de novembro, por exemplo, Charles Redard escreveu que «o novo regime não podia escolher um melhor mentor» e sublinhou uma inegável característica do novo homem forte do Brasil: tentar não contrariar imediatamente as várias correntes políticas que o apoiaram.

Encontra-o pessoalmente no dia 15, na ocasião da recepção ao corpo diplomático. Apreciava o protocolo impecável, os modos simples, a cordialidade e também os bons conhecimentos de francês no novo chefe de Estado. No mesmo dia, Redard ficou impressionado com o desfile na ocasião do aniversário da proclamação da República. Nunca tinha visto um espetáculo daqueles. As pessoas, apesar do calor, de estarem apertadas que nem sardinhas em lata, manifestavam muito fervor, o que significava, a seu ver, que a «popularidade» do novo governo era «incontestável».

No longo ofício de dia 8 de novembro, o encarregado de negócios apresentou a lista dos membros do governo e escreveu um pequeno comentário sobre cada um dos ministros. Osvaldo Aranha (Justiça e Administração Interna) é «inteligente e enérgico»; Afrânio de Mello (Negócios Estrangeiros), «escolha muito feliz»¹⁹, muito

¹⁸ REDARD, Charles, Ofício n.º 15, de 1 de novembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

¹⁹ Ibidem.

conhecido e apreciado na Europa, dispensa qualquer apresentação; José Isaiás de Noronha (Marinha), «oficial competente e apreciado pelos colegas»; José Fernando Leite de Castro (Guerra), «estimado pelos seus subordinados»; José Maria Whitakar (Finanças), «financeiro de grande envergadura», «*The right man on the right place*»; Juarez do Nascimento Távora (Transportes e Obras Públicas), «revolucionário» há muito tempo, conhece bem o interior do país; Joaquim Francisco de Assis Brasil (Agricultura, Indústria e Comércio), «homem de grande cultura que conhece muito bem os problemas agrícolas»; Francisco Luís da Silva Campos (Instrução Pública), quando era ministro no Rio Grande do Sul contratou professores suíços «para melhorar os métodos de ensino; Lindolfo Collor (Trabalho), «competente, jovem e ativo».

Como se pode verificar, essa apresentação foi quase hagiográfica. Com um inegável exagero, Charles Redard afirmou que este ministério, «sem contestação possível, é um ministério de competências». Além disso, acrescentou que poderia ser verificado que não haveria nenhuma preocupação regional. Por outras palavras, seria um governo anticomunista de grande qualidade que só apresentava como objetivo o interesse de todo o Brasil e não de um Estado em particular.

- **Retorno à realidade**

«O novo governo tem muito para fazer. Vai precisar de tempo só para realizar uma parte do seu programa», reconhece Charles Redard no seu ofício do dia 1º de novembro. Depois da euforia da vitória, do entusiasmo pela mudança de regime, trata-se agora de enfrentar a realidade.

No plano internacional, o reconhecimento do novo regime não pôs qualquer problema e chegou rapidamente de vários países nas duas primeiras semanas depois da queda de Washington Luís. O primeiro a fazê-lo foi o Peru e, logo a seguir, o México autorizou o seu embaixador a entrar em contacto com o governo. Portugal, com o Uruguai, o Chile, a Bolívia e a Itália reconheceram as novas autoridades no dia 5. Depois de quase todas as grandes potências — Estados- Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha — terem feito o mesmo no dia 10 de novembro, o Conselho Federal, no dia seguinte, decidiu reconhecer *de jure* «o governo presidido pelo Senhor Vargas

como o governo dos Estados Unidos do Brasil²⁰». Contrariamente ao que aconteceu em dezembro de 1910, depois da implantação da República em Portugal²¹, quando a Suíça foi o primeiro país europeu a reconhecer o novo governo de Lisboa, em novembro de 1930, segundo a documentação diplomática consultada, foram sobretudo as decisões da França e da Grã-Bretanha que se tornaram determinantes para que o governo suíço tomasse a mesma decisão.

Os temas principais abordados por Charles Redard nas últimas semanas de 1930 foram essencialmente dois: as medidas contra os representantes do antigo regime e os problemas os quais precisavam enfrentar as novas autoridades.

Uma parte significativa dos políticos que apoiaram Washington Luís deixou o Brasil, alguns deles depois de terem sido presos. A 8 de novembro, o diplomata escreveu: «O êxodo dos refugiados políticos começou. O governo oferece todas as garantias para o embarque dos que querem partir. A pouco e pouco, as embaixadas e as legações esvaziam-se». Duas semanas mais tarde, acrescentou: «Dentro de poucos dias, a maioria dos membros das oligarquias, as quais tanto dinheiro custaram ao Brasil, estarão no estrangeiro»²².

Quando a 5 de dezembro comentou o exílio de muitos colaboradores do antigo regime e, nomeadamente, de Mangabeira, ex-ministro dos negócios estrangeiros, Charles Redard comparou essas medidas com o que aconteceu em outros países sul-americanos que conheceram recentemente violentas mudanças políticas e expôs opinião sobre os brasileiros:

Até a data, as soluções dos diferentes casos demonstram, mais uma vez, a doçura dos métodos usados pelo chefe do governo provisório. O caráter brasileiro, muito afável, repugna os métodos violentos usados, por exemplo, na Argentina ou no Peru²³. Em geral, as vinganças políticas não têm aqui nada de trágico, com a exceção das que Washington Luís exerceu contra os seus adversários, hoje vitoriosos.

²⁰ Extrait du Procès-verbal de la séance du Conseil fédéral suisse, mardi 11 novembre 1930 [Enxerto da pauta da reunião do Conselho federal suíço, terça-feira, 11 de novembro de 1930], CH-BAR# E2001C#1000/1532#1435*, citado.

²¹ Em 1910, a Suíça foi o primeiro país europeu a reconhecer a jovem república portuguesa, vários meses antes da França e das outras grandes potências, que só o fizeram no ano seguinte.

²² REDARD, Charles, Ofício n.º 17, de 21 de novembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

²³ Em 1930, houve quatro golpes de estado na América Latina: na Guatemala, em fevereiro; na Bolívia, em junho; no Peru, em agosto; na Argentina, em setembro.

Essas pessoas não são banidas, querem partir, explicou o diplomata²⁴, poderiam ficar se aceitassem ser submetidas ao julgamento do Tribunal Especial, que clarificaria as responsabilidades e castigaria os culpados, confiscando-lhes os bens, para reembolsar o Tesouro Público do dinheiro que fora desviado.

Sabemos hoje que todo esse processo não deu muitos resultados, acabando por ser abandonado em 1931²⁵. Em finais de 1930, Redard pareceu, por um lado, acreditar numa limpeza geral e numa ação forte da justiça: «Os culpados serão punidos, os desvios de dinheiro público serão alvo de ações judiciais, exigir-se-á indenizações», escreveu a 21 de novembro. Por outro lado, deu conta da enorme dificuldade — para não dizer da impossibilidade — de pôr essas boas intenções em prática. Além disso, os tribunais especiais tinham limites, lamentou o diplomata, só vão julgar os casos do governo anterior para evitar que Artur Bernardes e Epitácio Pessoa fossem incomodados. Por outras palavras, «o princípio da imparcialidade está posto de lado». A conclusão de Charles Redard não podia deixar de ser irónica: «Se o tribunal especial tiver que julgar todos os escândalos que ocorreram durante o regime republicano, nunca conseguirá acabar o trabalho»²⁶.

No que diz respeito ao novo governo, o diplomata suíço, no seu ofício de 8 de novembro, reconheceu as grandes mudanças no corpo diplomático e nos altos funcionários e pôs em relevo, sobretudo, os esforços do executivo chefiado por Vargas para «sanear a administração»:

Acaba de promulgar um horário de sete horas de trabalho efetivo diário em todos os escritórios, em vez das seis horas no papel e de um número ainda menor na realidade. Aboliu todas as duplas remunerações e impede alguns funcionários de ter, teoricamente, vários empregos com o único objetivo de receber um ordenado em dois ou vários ministérios sem nunca neles trabalhar. Fez uma grande limpeza, bem necessária. Esperemos que persevere neste caminho! Os empregados sérios terão uma recompensa maior.

²⁴ REDARD, Charles, Ofício n.º 16, de 8 de novembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

²⁵ «Tendo deslocado a velha elite política, os revolucionários viam pouco proveito em perseguir os derrotados, que haviam sido tão decididamente afastados do poder», SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (13.ª ed.), p.32.

²⁶ REDARD, Charles, Ofício n.º18, de 5 de dezembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

Nesse ofício, Redard, apesar de formular algumas dúvidas — as reformas iriam ferir interesses, provocar descontentamento, criar dissensões — continuou, em geral, otimista: «A revolução chegou à hora certa e se aplicar o programa sem precipitação terá servido bem a pátria». Acha que não há perigo do lado dos militares — excetuando, talvez, as polícias militares dos Estados — e espera que cada brasileiro ponha o Brasil em primeiro lugar e não o seu Estado²⁷.

Porém, a 5 de dezembro, no ofício já citado, o encarregado de negócios constatou que a situação era menos estável do que um mês antes. Motivos de «inquietação» não faltavam, nomeadamente no campo económico e financeiro, sem esquecer a crise no governo de São Paulo. Além disso, Redard sublinhou também as divergências entre as várias correntes, nomeadamente entre a ala esquerda, que preconizava medidas radicais, e a ala direita, que gostaria de ver reduzido o ritmo das reformas. O «papel de moderador» de Vargas pareceu-lhe fundamental para manter certo equilíbrio:

Esperemos que consiga. Chegou a altura de encarar a realidade. O primeiro entusiasmo da revolução acalmou-se. Os voluntários gaúchos, de lenço vermelho nos ombros, voltaram para as suas casas. Já não defilam nas ruas ao som do hino a João Pessoa. Os prédios dos jornais «legalistas» estão ainda escurecidos pela fumaça dos incêndios e, por detrás da alegria oficial, começa a sentir-se uma certa inquietação²⁸.

Podemos ler as mesmas considerações no ofício de 16 de dezembro. O regime parecia menos estável, na opinião do diplomata, que mencionou as dificuldades em São Paulo e o fato de os funcionários terem sido demitidos em massa em todo o país.

²⁷ Neste ofício, Redard exprime a sua irritação em relação a alguns comentários «idiotas» publicados na imprensa do seu país, sem citar nenhum jornal em particular. Só menciona os despachos da *United Press*. Não fiz ainda um estudo completo dos jornais suíços de outubro a novembro de 1930. No entanto, nos jornais que consultei (cf. bibliografia) não encontrei nada que pudesse provocar tal reação, salvo, talvez, um artigo publicado a 25 de outubro pelo quotidiano de Zurique *Neue Zürcher Zeitung*. No artigo, provavelmente da redação, podemos ler, entre outras considerações: «O presidente deposto Washington Luís teria merecido um final de carreira mais glorioso. Não é um ditador como Siles na Bolívia ou como Leguia na Peru, mas um homem que durante três décadas deu o melhor das suas forças para servir a República. [...] Pelo contrário, é muito mais provável que o novo governo se torne uma ditadura militar, que só empurrará o país para novas desordens». É preciso salientar também que durante as três semanas de luta todos os jornais publicaram as duas versões sobre os combates, a dos rebeldes e a do governo do Rio.

²⁸ REDARD, Charles, Ofício n.º 18, de 5 de dezembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

Crítica também o favoritismo nas nomeações. O Brasil precisava mesmo de uma verdadeira revolução das mentalidades:

Para mudar radicalmente de sistema, segundo as promessas de Getúlio Vargas, seria preciso, ao mesmo tempo, mudar a mentalidade dos governantes e dos governados. Ora isso é muito difícil, senão impossível. A situação política do governo provisório parece-me menos estável do que no início.

Ainda não havia perigo iminente, mas Vargas, nota Redard, precisava ter muita prudência e energia para colmatar as brechas que apareciam.

No último ofício, assinado a 22 de dezembro, o diplomata helvético manifestou certo receio em relação ao futuro próximo do Brasil, devido às ausências dos ministros na capital e ao fato de Vargas, que tinha prometido visitar alguns estados, ter sido obrigado a ficar no Rio de Janeiro. Para Redard, este não parecia ser um bom sinal e perguntava-se se há uma verdadeira coesão entre os membros do governo: «Todavia, o entusiasmo do início deixa lugar a uma incerteza e a um mal-estar que seria necessário, a meu ver, afastar o mais depressa possível»²⁹.

Nessas considerações finais, o encarregado de negócios helvético, sem dúvida preocupado e um pouco desiludido, voltou completamente à realidade e reencontrou parte do seu espírito crítico. Os dias da festa «revolucionária» já estavam esquecidos.

BREVE NOTA FINAL

Encontrei catorze ofícios e uma carta³⁰ redigidos por Charles Redard durante a ausência de cerca de seis meses de Albert Gertsch, o chefe da Legação suíça no Rio de Janeiro. O objetivo era informar o governo da Confederação sobre os acontecimentos políticos no Brasil. Descreveu escrupulosamente os fatos, tentando ficar o mais perto possível da realidade e, muitas vezes, lamentou a falta de informações, nomeadamente, entre o início da revolta e a vitória dos «revolucionários».

²⁹ REDARD, Charles, Ofício n.º21, de 22 de dezembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

³⁰ Não contabilizo aqui os telegramas e todas as outras cartas que o diplomata, originário de La Chaux-de-Fonds, escreve aos vários consulados suíços nas outras cidades brasileiras, nem as cartas de tipo administrativo, os relatórios anuais etc.

Já analisei noutro artigo³¹ a visão da «revolução» de 1930 de Maurice Prax, um jornalista francês que chegou ao Rio na véspera da queda de Washington Luís e que ficou um mês no Brasil. No que diz respeito à «revolução», o enviado especial de *Le Petit Parisien*, que descreveu com precisão e detalhes a queda da República Velha, tomou claramente o ponto de vista das novas autoridades e criticou, sem meios-termos, o antigo regime.

O diplomata suíço foi, sem dúvida, uma testemunha ocular privilegiada dessa viragem na História do Brasil, porque conhecia bem a classe política e o país onde se encontra desde 1911. Além disso, possuía informações das quais não dispunha um jornalista e os seus escritos não eram submetidos à crítica.

Apesar disso, Redard não estava completamente imune às influências. Atento ao clima político, particularmente depois do assassinio de João Pessoa, não ficou totalmente surpreendido pelo espocar da revolta a 3 de outubro, da qual percebeu imediatamente a causa principal: impedir que um outro paulista, Júlio Prestes, chegasse à presidência. No início das três semanas de luta, não queria acreditar que o governo estivesse em maus lençóis, mas com o passar dos dias percebeu que a situação era grave e que uma guerra civil sangrenta ameaçava o Brasil se não se encontrasse rapidamente uma solução de compromisso. Com as tropas rebeldes cada vez próximas do sucesso, Charles Redard manifestou certo distanciamento em relação ao ainda presidente do Brasil. Por outras palavras, está-se a adaptar à mudança de classe política.

A sua descrição da queda do regime e da vitória dos revolucionários é perfeitamente comparável àquela que se encontra nos artigos enviados por Maurice Prax: criticou Washington Luís; minimizou a violência e os descalços (considerados como inevitáveis); manifestou entusiasmo ao comentara festa nas ruas do Rio; fez elogio hagiográfico de Getúlio Vargas e dos novos dirigentes; manifestou enorme esperança de que as coisas pudessem, finalmente, mudar. Tal como o jornalista Prax, Charles Redard deixou-se contaminar pela euforia que invadiu a cidade carioca.

Se os primeiros comentários sobre a ação do governo Vargas eram geralmente positivos, como os do jornalista francês (que, entretanto, fez uma viagem ao interior do país e regressou à França no

³¹ MONICO, Reto. «Um jornalista europeu em plena “revolução”: Maurice Prax no Brasil (outono de 1930)», *Arquipélago-História*, (revista da Universidade dos Açores, no prelo). Retomei parte dessa problemática num texto publicado no anterior número da *Historiae*, «Dois jornalistas franceses em duas revoluções brasileiras (novembro de 1889 e outono de 1930): estudo comparativo».

dia 23 de novembro), o encarregado de negócios helvético começou a manifestar dúvidas e receios sobre a ação governativa, nomeadamente nos três ofícios do mês de dezembro. Redard reconheceu que os problemas económicos e financeiros eram enormes e que havia uma «triste herança deixada pelo deposto regime»³². Porém, pôs o dedo na chaga quando se interrogou sobre a heterogeneidade e os interesses contraditórios das forças que acabavam de chegar ao poder. Por duas vezes, mencionou o perigo da instabilidade política e falou mesmo de «mal-estar».

Finalmente, o encarregado de negócios, nos 15 documentos consultados, mencionava muito menos o Brasil e os seus habitantes do que o jornalista francês acima mencionado. Apesar disso, podemos dizer que critica sistematicamente o sistema político, a corrupção, as fraudes, o nepotismo, a oligarquia e que achava que o povo ainda não estava maduro para a democracia. Considerava, todavia, que os brasileiros tinham, no fundo, bom feitio e que os métodos usados, por exemplo, na Argentina são muito mais violentos. Tratou-se de uma imagem estereotipada ou Charles Redard exprimiu uma opinião resultante de duas décadas de permanência em terras brasileiras?

FONTES

Bundesarchiv (BAR) (Arquivo Federal em Berna)

CH-BAR#E2300#1000/716#870*, Az. 146, Rio de Janeiro, Politische Berichte und Briefe, Militärberichte, Band 4, 1927-1931.

Contém, praticamente, todos os ofícios políticos e algumas cartas enviados pela Legação suíça no Rio de Janeiro entre 1927 e 1931, entre os quais os 21 escritos em 1930.

CH-BAR# E2001C#1000/1532#1435*, Az. B.73.1, Revolution in Brasilien, 1930-1931, (Revolução no Brasil).

Contém: alguns relatórios enviados à legação suíça no Rio de Janeiro pelos consulados da Baía, São Paulo, Pernambuco, Porto Alegre, Curitiba; cartas sobre a procura de alguns suíços aparentemente desaparecidos, e, nomeadamente, de Édouard Claparède; cartas sobre o reconhecimento do novo governo brasileiro.

CH-BAR#E2200.67-01#1000/671#90, Az. 4.2-17, Revolution in Brasilien, 1930.

Contém «Die brasilianische Revolution» um relatório de cinco páginas escrito por Hugo Zollikofer, um suíço residente em S. Paulo; vários relatórios de alguns consulados; documentos sobre a estada de Édouard Claparède,

³² REDARD, Charles, Ofício n.º20, de 16 de dezembro de 1930. CH-BAR#E2300#1000/716#870*, citado.

sobre o reconhecimento do novo regime, sobre a política migratória do Brasil; cartas da divisão do comércio suíço etc. Uma parte desses documentos encontra-se no dossier anterior.

CH-BAR# E2500#1000/719#419*, réf. A.22.../B.21..., Redard, Charles, 1884, 1949.

Trata-se do dossiê «pessoal» de Charles Redard, com o curriculum, nomeações, promoções, mudanças de posto, recortes de imprensa e um longo relatório da sua visita a S. Paulo, no verão de 1947 etc.

Jornais suíços (entre parêntesis a tiragem em 1930):

Basler Nachrichten (17.000), *Der Bund* (24.700), *Corriere del Ticino* (4500), *Courrier de Genève* (5850), *L'Express* (5220), *Feuille d'Avis de Lausanne* (47.850), *Gazette de Lausanne* (12.420), *Giornale del Popolo* (6600), *L'Imparcial* (15.600), *Journal de Genève* (13.500), *La Liberté* (9700), *National-Zeitung* (137.000), *Neue Zürcher Zeitung* (53.100), *La Suisse* (24.100), *Le Travail* (8.500), *La Tribune de Genève* (45.500) e *Tribune de Lausanne* (14.300).

OBRAS CONSULTADAS

ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas, a construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

CARONE, Edgar. *Revoluções no Brasil contemporâneo (1922-1938)*. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977 (3.ª ed. revista).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico - Do Império à República*. Rio de Janeiro: BCD, Vol. 5, 1997.

LEVINE, Robert L. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia de Letras, 2001.

MENDES JUNIOR, Antonio. *Brasil História. Textos & Consultas. Vol 4. Era de Vargas*. São Paulo: Editora Hucitecl, 1989.

MONICO, Reto. «Um jornalista europeu em plena “revolução”: Maurice Prax no Brasil (outono de 1930)», *Arquipélago-História*, (no prelo).

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva (1985). *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (13.ª ed.).

SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Editora, 1987 (12.ª ed.).

VIZENTINI, Paulo Fagundes, *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.